

# SEGURANÇA PÚBLICA



*O assassinato de Marielle Franco evidenciou a falência do sistema de segurança pública fluminense, tomado pelo tráfico, milícias e pela intervenção federal. Mesmo após um ano do assassinato da vereadora do Psol, perguntas seguem não respondidas: quem mandou matar Marielle e por quê?*

## Caso Marielle evidencia falência da segurança pública

Em 14 de março completou um ano o assassinato da vereadora Marielle Franco e de seu motorista Anderson Gomes. Dezenas de manifestações aconteceram nas principais capitais do país para exigir apuração e justiça para essa barbárie que ganhou repercussão nacional e internacional. Ao longo do ano, o tema foi manchete de principais jornais ao redor do mundo. “Quem matou Marielle? Quem mandou matar?” foram, provavelmente, as perguntas mais pronunciadas em 2018.

Mas por que, entre tantos outros, este caso em específico ganhou tamanho destaque? Num país onde se matam mais de sessenta mil pessoas ao ano (segundo o Fórum Brasileiro de Segurança Pública), e que é campeão mundial em assassinatos de defensores de direitos humanos (segundo relatório lançado em 2016 pela ONG Oxfam), por que o assassinato de Marielle mobilizou tanto?

Marielle é mulher preta, pobre, periférica, lésbica, militante socialista, conhecida pela sua atuação em direitos humanos, pelos combates à violência

policial e à atuação das milícias, participando ativamente da investigação parlamentar contra milicianos (ainda quando assessorava o parlamentar Marcelo Freixo). Marielle é um símbolo. Um símbolo de resistência em um país que mata quase três vezes mais negros que brancos. Que violenta mulheres. Uma figura emblemática se pensarmos sob a perspectiva da segurança pública e sob a perspectiva da ação do Estado que se faz presente a uma parcela da população - que se sentia representada por Marielle - exclusivamente, da maneira mais violenta: pelo seu braço armado.

Marielle, o símbolo da resistência fluminense, assassinada pelas milícias em um contexto geral de intervenção federal. O que isso tem a nos dizer?

### A origem das milícias

Milícia é um termo cunhado pela jornalista do jornal *O Globo* Vera Araújo em 2005. Segundo ela, a palavra era mais curta que “paramilitares” (expressão

usada na época) e, assim, soou melhor para estampar a manchete que trazia sua reportagem sobre este grupo de agentes de segurança que cobravam pedágio sobre territórios e serviços públicos da cidade. Foi no início dos anos 2000 que grupos de policiais e ex-policiais começaram a chamar a atenção da opinião pública.

A origem das milícias, no entanto, é mais antiga, data do final da década de 1970, quando na Favela do Rio das Pedras (zona oeste do Rio) as associações de bairro começaram a pagar policiais para garantir que o tráfico não dominasse o território recém ocupado. O grupo se fortaleceu e passou a oferecer e a cobrar, além de segurança, outros serviços, como gás e transporte. Os pagamentos passaram a ser obrigatórios, sob pena de castigos violentos em caso de descumprimento. Com o tempo, assim como as facções do tráfico, os milicianos começaram a impor toques de recolher e regras rígidas às comunidades.

Até certo momento, esta atividade tinha apoio de parcela da população que, mesmo coagida, dizia preferir pagar a milícia que ter que conviver sob o domínio do tráfico. César Maia, quando prefeito, chegou a chamá-las de “autodefesas comunitárias” e um “mal menor que o tráfico”. No entanto, milicianos seguiram se fortalecendo e passaram a se organizar em zonas eleitorais, elegendo políticos e tendo influência sobre o poder público. A atividade se estruturou enquanto tal e o grupo cresceu tanto que hoje, segundo matéria do G1 que cruzou informações do Ministério Público estadual, da Polícia Civil, da Secretaria de Estado de Segurança (Seseg) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), estima-se que quadrilhas estão em 37 bairros e 165 favelas da Região Metropolitana, atuando em um quarto da cidade do Rio. A percepção popular sobre elas também mudou: a última pesquisa do Fórum Brasileiro de Segurança Pública e do Instituto Datafolha mostra afirma que cariocas tendem a ter mais medo de milícia que do próprio tráfico.

### O contexto da Intervenção

Os assassinatos ocorreram quando o Rio de Janeiro estava há quase um mês sob intervenção federal. Em 16 de fevereiro de 2018, o governo Temer decretou (com posterior referendo do Congresso

Nacional) uma intervenção na área de segurança pública no estado do Rio de Janeiro. O Interventor, que passou a ter papel de secretário estadual de segurança pública, foi general o Exército, Walter Souza Braga Netto. O general tinha o comando direto sobre as polícias estaduais, o Corpo de Bombeiros e a Secretaria de Administração Penitenciária e respondia diretamente à Presidência da República – e não mais ao governador. A intervenção teve duração de dez meses.

O Observatório da Intervenção – organização que reuniu uma série de entidades coordenada pela Faculdade Cândido Mendes e financiada pela Open Society – divulgou um relatório dos dez meses de atuação dos militares na cidade. O que é apresentado como resultado positivo? Houve uma queda de 5,5% nos homicídios dolosos, em comparação ao mesmo período anterior; e 14% menos de roubo de cargas. Este último dado foi muito comemorado pelos militares (sic). Mas existem motivos para comemorar? Nem tanto. O relatório também aponta que nas 668 operações monitoradas houve 204 mortos pelas mãos do Estado, além de 53 chacinas (um total de 213 motos). Mais de 1.200 pessoas mortas no Rio de Janeiro neste período, aumento de 40% nas mortes em ações policiais. Mais 1.090 feridos e 103 agentes de segurança mortos. Ainda houve aumento expressivo nos tiroteios: de 5.238 de fevereiro a dezembro de 2017 para 8.193 no mesmo período de 2018, volume 56% maior. Aumento também de 3,9% nos roubos comuns. Além disso, organizações da sociedade civil denunciam uma série de abusos e crimes cometidos pelos agentes como estupros, casas invadidas, prisão de inocentes e aumento do número de desaparecidos.

Com mais de duzentos mil agentes e 72 milhões de reais investidos ao longo de dez meses, a intervenção foi ineficiente em construir um legado para a segurança pública do estado. Nada foi investido no que diz respeito a inteligência, estrutura para investigação e desmantelamento do crime organizado, das facções, das milícias, do tráfico de drogas e de armas.

### A investigação do assassinato de Marielle Franco

O assassinato de Marielle e Anderson põe em evi-

dência estas fragilidades do sistema de inteligência da segurança pública do estado do Rio. Apenas após quase um ano de investigação foram presos os suspeitos pela execução dos dois, o ex-PM Élcio Vieira de Queiroz e o sargento reformado Ronnie Lessa, possivelmente pertencentes ao grupo miliciano Escritório do Crime. A arma utilizada foi uma submetralhadora alemã HKMP5 de calibre 9 milímetros, usada por forças especiais da polícia. A munição pertencia a um lote comprado pela Polícia Federal de Brasília, em 2006. Balas desse lote foram extraídas. Elas foram também usadas em chacinas em Barueri e Osasco, na Grande São Paulo, em 2015, e em São Gonçalo, no Rio, entre 2015 e 2017.

As respostas da investigação param por aí, mas a prisão dos suspeitos suscita ainda mais perguntas que não parecem ter perspectiva de solução no curto prazo.

Uma matéria de Allan de Abreu publicada na *Revista Piauí*, edição de março de 2019, que conta ao leitor como se estruturaram as milícias no Rio e revela tentativas de interferência na investigação do crime de assassinato, termina com a seguinte frase: “O crime se espalhou pelo poder constituído do Rio. Tem bancada. É uma metástase sem controle. O estado não sai mais dessa situação por suas

próprias mãos”. E não é muito difícil chegar a esta conclusão. Ora, se a milícia é formada por policiais e ex-polícias e se o próprio governador do Rio de Janeiro, Wilson Witzel - que comanda as polícias - participou de atos contra homenagens à vereadora assassinada, parece óbvio que a investigação apresenta sinais de comprometimento e possibilidade de envolvimento e obstrução.

Nesse bolo todo, algumas perguntas ainda permanecem sem resposta: como um ex-PM, com vencimentos incompatíveis com alto poder de compra, reside num condomínio de luxo no Rio, com casas na faixa de 2,5 milhões de reais? Qual a abrangência de um esquema de tráfico de armas que garante 117 fuzis M16 americanos? Quem e por que tentaram induzir o também miliciano Orlando de Curicica a mentir sobre o caso? Por que o caso não foi transferido para investigação e justiça federais? Afinal, quem mandou matar Marielle e por quê?

Os erros na condução da política de segurança pública e o aprofundamento das opções falidas e equivocadas - como o caso da intervenção - geraram a morte de Marielle, episódio que serviu para expor essa ineficiência e a indústria do crime disfarçada de política pública. Marielle segue presente!